



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

CONCURSO PÚBLICO

009. PROVA OBJETIVA

ANALISTA LEGISLATIVO

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- A duração das provas objetiva e discursiva (redação) é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

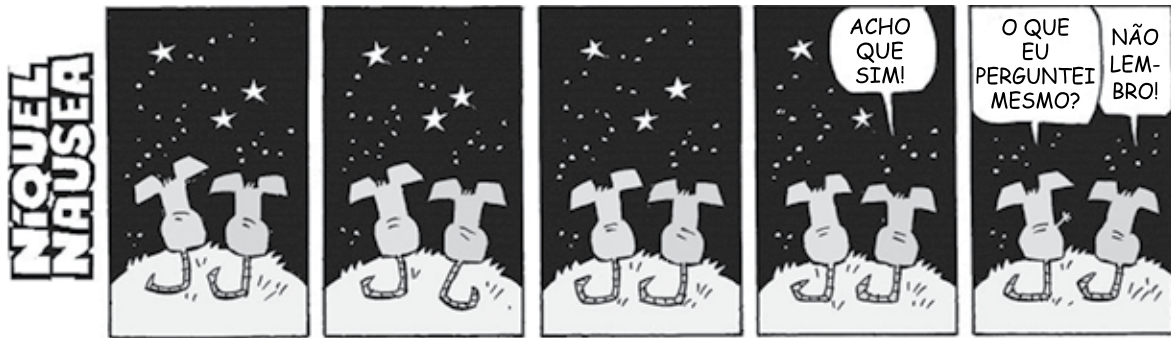
Carteira _____

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



(Fernando Gonsales, "Níquel Náusea". *Folha de S.Paulo*, 03.03.2022)

01. Considerando a relação de sentido estabelecida entre os três primeiros quadrinhos e os dois últimos, é correto afirmar que aqueles indicam

- (A) lembrança.
- (B) emoção.
- (C) atenção.
- (D) dispersão.
- (E) agitação.

02. Em conformidade com a norma-padrão e com o sentido da tira, a frase final – Não lembro! – pode ser substituída por:

- (A) Não me lembra a sua pergunta!
- (B) Não lembro àquilo que você perguntou!
- (C) Não lembro-me o que você perguntou!
- (D) Não me lembro à sua pergunta!
- (E) Não lembro-me da sua pergunta!

Leia o texto para responder às questões de números **03 a 10**.

Mais inflação, juros e dúvidas

O Brasil pode chegar ao fim do ano com inflação de 7%, o dobro da meta oficial, e juros básicos avançando para 14%, segundo projeções do mercado financeiro, turbinadas pela recente alta do petróleo e dos alimentos no mercado internacional. A insegurança econômica gerada pela guerra na Ucrânia e pelas sanções impostas à Rússia torna mais escuro um horizonte já nublado. Apesar do cenário mais preocupante, a maioria dos especialistas consultados pelo *Estadão/Broadcast* continua prevendo uma alta de juros de 10,75% para 11,75% na próxima semana, quando será realizada a reunião periódica do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC).

O aperto mais forte da política monetária virá em seguida, e poderá prolongar-se mais do que se estimava antes da guerra. As possibilidades de recuperação econômica a partir de 2023, já muito limitadas, tornam-se mais problemáticas com as pressões inflacionárias e com as novas incertezas. Pelas projeções do mercado conhecidas na última segunda-feira, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 0,42% neste ano e 1,5% no próximo. Se as condições de crédito ficarem piores do que se esperava, as famílias serão mais pressionadas, a retomada do emprego será mais complicada e a atividade econômica terá menos impulso para avançar.

O cenário já tenebroso inclui uma inflação já muito alta, uma produção industrial com 9 quedas em 12 meses e vendas do varejo 1% abaixo do patamar pré-pandemia. A recuperação mensal de 0,8% em janeiro ficou longe de compensar a queda de 1,5% em dezembro e de recriar o dinamismo perdido a partir de 2020. Além do desemprego, também a alta de preços continua limitando severamente os gastos familiares.

Alguma segurança econômica ainda é garantida pelo agronegócio, com produção suficiente de alimentos para suprimento interno e para exportação. Problemas de abastecimento de fertilizantes, em consequência da guerra, geram alguma preocupação. Mas há estoques e, além disso, o plantio da próxima safra de verão só deverá começar no segundo semestre. Até lá, as condições internacionais poderão melhorar. Além disso, haverá tempo para a procura de novos fornecedores de adubos para substituir a Rússia, se for o caso. De toda forma, o espaço de tolerância para erros será quase nulo, neste ano.

(<https://opiniao.estadao.com.br>. 11.03.2022. Adaptado)

03. As informações do texto deixam evidente que o atual cenário econômico

- (A) é irreversível, e, portanto, não existe no momento nenhuma chance do Brasil de se reabilitar na indústria e no agronegócio.
- (B) começou a se tornar preocupante com a guerra entre Rússia e Ucrânia, já que o Brasil se encontra desabastecido de fertilizantes.
- (C) tem impactado negativamente a qualidade de vida das famílias, acossadas entre a alta da inflação e as altas taxas de desemprego.
- (D) era previsto desde 2020, quando a produção industrial começou a perder dinamismo, mas tende a reverter-se a partir de 2023.
- (E) demonstrava desaceleração acentuada antes da pandemia, mas o agronegócio vem colocando o país à margem de problemas.

04. A frase final do texto – De toda forma, o espaço de tolerância para erros será quase nulo, neste ano. – permite concluir corretamente que

- (A) a retomada da economia é inevitável, o que certamente refletirá em um cenário amistoso e sem erros.
- (B) a situação econômica brasileira exige cautela, uma vez que o cenário é marcado por muitas incertezas.
- (C) a economia vive às voltas com erros, o que deverá ser comum principalmente com a pressão inflacionária.
- (D) a possibilidade de erros na economia é mínima, mas pode ocorrer em função da guerra entre Rússia e Ucrânia.
- (E) o ano de 2022 é tão atípico na economia que nenhum país do mundo terá espaço para tolerância na área.

05. No texto, identifica-se expressão em sentido figurado com objetivo de intensificar uma informação no seguinte trecho:

- (A) ... segundo projeções do mercado financeiro, turbinadas pela recente alta do petróleo e dos alimentos no mercado internacional.
- (B) ... quando será realizada a reunião periódica do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC).
- (C) Além do desemprego, também a alta de preços continua limitando severamente os gastos familiares.
- (D) Além disso, haverá tempo para a procura de novos fornecedores de adubos, para substituir a Rússia, se for o caso.
- (E) ... a retomada do emprego será mais complicada e a atividade econômica terá menos impulso para avançar.

06. Considere as passagens do texto:

- A insegurança econômica gerada pela guerra na Ucrânia e pelas sanções impostas à Rússia torna mais escuro um horizonte já **nublado**. (1º parágrafo)
- O **aperto** mais forte da política monetária virá em seguida, e poderá prolongar-se mais do que se estimava antes da guerra. (2º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) assustador; coação.
- (B) preocupante; contratempo.
- (C) conturbado; ágio.
- (D) desconhecido; dificuldade.
- (E) inquieto; ajuste.

07. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância e de colocação pronominal.

- (A) Espera-se que até o plantio da próxima safra de verão esteja melhor as condições internacionais.
- (B) Ainda prevê-se alta de juros em breve, embora haja questões econômicas preocupantes.
- (C) No cenário atual, tem afetado-se os gastos familiares com o desemprego e a alta de preços.
- (D) Se pressionarão mais as famílias, caso as condições de crédito fique pior do que o esperado.
- (E) Antes da próxima safra de verão, certamente se procurarão novos fornecedores de adubo.

10. Leia a charge.



(Chargista Lute. Em: www.hojeemdia.com.br. 13.11.2021)

Analisando as informações da charge e comparando-as com a do texto *Mais inflação, juros e dúvidas*, é correto afirmar que há

- (A) pouca relação de sentido entre ambos, uma vez que a charge não explicita a que tempos atuais está se referindo.
- (B) aproximação entre a argumentação estabelecida em ambos, no que diz respeito às limitações dos gastos familiares.
- (C) diálogo entre ambos, uma vez que mostram a limitação econômica devido às altas taxas de desemprego na indústria.
- (D) um argumento comum entre ambos, referente à possibilidade da recuperação da economia mesmo com altos juros.
- (E) uma relação de oposição de informações, pois na charge a situação da família é preocupante, ao contrário do texto.

08. Identifica-se emprego de vírgula(s) para separar uma expressão explicativa no trecho:

- (A) Mas há estoques e, além disso, o plantio da próxima safra de verão só deverá começar no segundo semestre.
- (B) ... haverá tempo para a procura de novos fornecedores de adubos para substituir a Rússia, se for o caso.
- (C) O Brasil pode chegar ao fim do ano com inflação de 7%, o dobro da meta oficial, e juros básicos avançando para 14%...
- (D) Além do desemprego, também a alta de preços continua limitando severamente os gastos familiares.
- (E) ... as famílias serão mais pressionadas, a retomada do emprego será mais complicada e a atividade econômica terá menos impulso para avançar.

09. O emprego de voz passiva é constatado na passagem:

- (A) ... o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 0,42% neste ano...
- (B) O cenário já tenebroso inclui uma inflação já muito alta...
- (C) Até lá, as condições internacionais poderão melhorar.
- (D) Alguma segurança econômica ainda é garantida pelo agronegócio...
- (E) O aperto mais forte da política monetária virá em seguida...

Ah! Se mestre Romão pudesse seria um grande compositor. Parece que há duas sortes de vocação, as que têm língua e as que não a têm. As primeiras realizam-se; as últimas representam uma luta constante e estéril entre o impulso interior e a ausência de um modo de comunicação entre os homens. Romão era destas. Tinha a vocação íntima da música; trazia dentro de si muitas óperas e missas, um mundo de harmonias novas e originais, que não alcançava exprimir e pôr no papel. Esta era a causa única de tristeza de mestre Romão. Naturalmente o vulgo não atinava com ela; uns diziam isto, outros aquilo: doença, falta de dinheiro, algum desgosto antigo; mas a verdade é esta: – a causa da melancolia de mestre Romão era não poder compor, não possuir o meio de traduzir o que sentia. Não é que não rabiscasse muito papel e não interrogasse o cravo*, durante horas, mas tudo lhe saía informe, sem ideia nem harmonia. Nos últimos tempos, tinha até vergonha da vizinhança, e não tentava mais nada.

(Machado de Assis, "Cantiga de Esponsais")

* cravo: instrumento musical de cordas

11. Assinale a alternativa coerente com as informações do texto e em conformidade com a norma-padrão de ortografia e de acentuação gráfica.

- (A) Os vizinhos vêem mestre Romão entristecido e parecem ter uma obsessão por querer saber porque ele vive assim.
- (B) Mestre Romão sofre o ônus de não conseguir sua ascensão na música, e justamente daí é que provém a sua melancolia.
- (C) A frustrada busca da expressão musical fez mestre Romão se sujeitar a uma tristeza contínua, em horas nada doces.
- (D) Mestre Romão não pôde extravazar seus ímpetos musicais, mas muitos crêem que ele um dia se comunicará pela música.
- (E) A grande benção que mestre Romão teria em vida seria o ato heróico de tocar espontaneamente as músicas.

12. De nota _____ nota, mestre Romão passava horas rabiscando o papel ou interrogando o cravo, dedicava-se _____ música, mas não conseguia chegar _____ um resultado satisfatório. Por isso, passou _____ viver _____ escondidas, com vergonha da vizinhança.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... à ... a ... a ... às
- (B) à ... à ... à ... à ... às
- (C) a ... a ... à ... a ... à
- (D) à ... a ... a ... à ... as
- (E) a ... à ... a ... à ... as

13. Em uma reunião para deliberar sobre um projeto e com x participantes, sabe-se, de entrada, que $\frac{3}{5}$ dos participantes disseram que eram contrários ao projeto. Dentre aqueles que não são contrários ao projeto, $\frac{1}{4}$ já são a favor e são 30 pessoas. Após a fala do autor do projeto, $\frac{3}{4}$ daqueles que eram inicialmente contrários mudaram de ideia e estão a favor. Metade daqueles que não eram contrários nem a favor, depois da fala do autor, ficaram a favor. Ninguém mais mudou de posição. A diferença entre aqueles que estão a favor e aqueles que não estão a favor é igual a

- (A) 100.
- (B) 110.
- (C) 130.
- (D) 140.
- (E) 120.

14. Meu irmão, que é 5 anos mais velho do que eu, falou que daqui a 3 anos a idade do nosso pai será o triplo das nossas duas idades somadas. Meu pai tinha 65 anos quando eu nasci. Daqui a 3 anos, quando isso acontecer, a minha idade somada com a idade do meu irmão será menor que a idade do nosso pai em um número de anos igual a

- (A) 56.
- (B) 52.
- (C) 50.
- (D) 46.
- (E) 58.

15. Comprei um terreno quadrado e em seguida comprei outro, retangular, cuja largura é igual ao lado do terreno quadrado, e o comprimento tem 3 metros a mais que a largura. Sabendo que a área total dos dois terrenos é de 324 m^2 , a diferença entre as áreas desses dois terrenos é, em metros quadrados, igual a

- (A) 38.
- (B) 42.
- (C) 40.
- (D) 44.
- (E) 36.

16. Em uma empresa com 420 funcionários, a razão entre funcionários homens e funcionárias é 1,4. A empresa dispensará 20 funcionários homens e contratará funcionárias, de modo que a razão entre funcionários homens e funcionárias seja igual a 1. Isto feito, o número total de funcionários da empresa aumentará em
- (A) 40.
 - (B) 30.
 - (C) 20.
 - (D) 50.
 - (E) 60.
17. Uma pessoa deve R\$ 3.000,00 e vai pagar essa dívida em prestações mensais. O valor de cada prestação é igual à décima parte da dívida restante no momento do pagamento. Não há incidência de juros sobre a dívida. Realizados 3 pagamentos, essa pessoa ainda deve um valor, em reais, entre
- (A) 2.130 e 2.150.
 - (B) 2.150 e 2.170.
 - (C) 2.090 e 2.110.
 - (D) 2.170 e 2.190.
 - (E) 2.110 e 2.130.
18. Com a quantidade de blocos de concreto que tem, um pedreiro pretendia construir um muro de 240 metros cuja altura teria 9 fileiras de blocos. Uma alteração na planta fez com que o comprimento do muro diminuísse em 96 metros. Para não perder os blocos já comprados, o pedreiro aumentou a altura do muro. Desse modo, a altura do muro poderá ser aumentada em um número de fileiras igual a
- (A) 5.
 - (B) 6.
 - (C) 4.
 - (D) 8.
 - (E) 2.
19. Para revestir o piso de uma sala retangular que mede 9 m por 6 m, serão utilizados 2 tipos de peças. Para cada peça maior que for usada, 4 peças iguais e menores serão necessárias para complementar. A área de cada peça maior é de $0,2 \text{ m}^2$, e a área de cada peça menor é de $0,04 \text{ m}^2$. Desconsiderando os espaços entre as peças, o número total de peças que precisam ser adquiridas para realizar esse trabalho é
- (A) 300.
 - (B) 600.
 - (C) 450.
 - (D) 750.
 - (E) 150.

20. Supõe-se que cada convidado de uma festa consome, em média, 300 mililitros de refrigerante. Foram convidadas 420 pessoas e espera-se que haja uma ausência de 20% desses convidados. A encomenda de refrigerante foi feita de modo a sobrar o equivalente ao consumo de 10% das pessoas esperadas. O refrigerante virá em garrafas de 2,5 litros. A quantidade mínima de garrafas necessárias para atender essas condições é
- (A) 45.
 - (B) 41.
 - (C) 48.
 - (D) 38.
 - (E) 51.
21. Considere a afirmação: “Se Francisco é o diretor ou Ivete é a secretária, então Helena é a presidente.”
- Essa afirmação é necessariamente FALSA se, de fato:
- (A) Francisco não é o diretor e Ivete não é a secretária e Helena é a presidente.
 - (B) Ivete não é a secretária e Helena é a presidente.
 - (C) Francisco é o diretor e Ivete é a secretária e Helena é a presidente.
 - (D) Francisco é o diretor.
 - (E) Ivete é a secretária e Helena não é a presidente.
22. Uma afirmação que corresponde à negação lógica da afirmação: “Troveja e chove muito, ou o dia está lindo”, é:
- (A) Não troveja e não chove muito, ou o dia não está lindo.
 - (B) Não troveja ou chove muito, ou o dia está lindo.
 - (C) Não troveja ou não chove muito, e o dia não está lindo.
 - (D) Troveja ou chove muito, e o dia não está lindo.
 - (E) Troveja ou não chove muito, e o dia está lindo.
23. A sequência de números a seguir foi construída com um padrão lógico e é uma sequência ilimitada:
- 1, 2, 3, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40,
- A partir dessas informações, identifique o termo da posição 74 e o termo da posição 95. A soma destes dois termos é igual a
- (A) 244.
 - (B) 277.
 - (C) 255.
 - (D) 266.
 - (E) 233.

ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

- 24.** Assinale a alternativa que está de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970.
- (A) As reuniões extraordinárias de Comissões poderão ser convocadas pelo Presidente da Assembleia para apreciação de matéria em regime de urgência, desde que indicados o local, a hora e o objeto com antecedência mínima de 24 horas.
 - (B) O “Diário da Assembleia” publicará, mensalmente, a relação das Comissões com a designação de local e hora em que se realizam suas reuniões.
 - (C) Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença da maioria simples dos seus membros.
 - (D) O Parlamentar não poderá declinar de relatar mais de dez por cento das matérias a ele distribuídas no curso de cada sessão legislativa.
 - (E) As Comissões não poderão reunir-se no período da Ordem do Dia.
- 25.** Considere que Maria é a 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e, por motivos pessoais, deseja renunciar ao cargo sete meses após o início do seu mandato na Mesa. Com base na situação hipotética e no disposto na Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, é correto afirmar que
- (A) enquanto membro efetivo da Mesa, Maria não poderia ser Líder, mas poderia fazer parte de Comissão.
 - (B) nem Maria nem o seu substituto poderiam integrar a Comissão Representativa da Assembleia.
 - (C) quem for eleito para o cargo que Maria ocupava, terá mandato de 02 anos.
 - (D) a eleição respectiva deverá ser marcada dentro de 5 dias, para realizar-se nos 15 dias subsequentes à ocorrência da vaga.
 - (E) como o mandato dos membros da Mesa é de 01 ano, só haverá eleição para o cargo então ocupado por Maria se não houver substituto.
- 26.** Nenhuma emenda que modifique os serviços da Secretaria da Assembleia ou as condições do seu pessoal poderá ser submetida à deliberação do Plenário sem parecer da Mesa, que terá para tal fim o prazo
- (A) improrrogável de 20 sessões.
 - (B) improrrogável de 05 sessões.
 - (C) prorrogável de 05 sessões.
 - (D) improrrogável de 10 sessões.
 - (E) prorrogável de 20 sessões.
- 27.** De acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, não permitir a publicação de pronunciamentos ou expressões atentatórias ao decoro parlamentar é uma atribuição do
- (A) deputado ofendido.
 - (B) 1º Secretário.
 - (C) Presidente da Assembleia.
 - (D) 2º Secretário.
 - (E) Ouvidor da Mesa.
- 28.** A respeito das Comissões Permanentes e sua Competência, assinale a alternativa que está de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970.
- (A) A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento é composta por 13 (treze) membros, e ela tem competência para tomar depoimento de autoridade e solicitar o de cidadão.
 - (B) A Comissão Representativa da Assembleia é competente para conceder licença ao Governador e ao Vice-Governador para ausentar-se do Estado por mais de 15 dias, mas não para propor a sustação de ato normativo do Poder Executivo que exorbite do poder regulamentar.
 - (C) Encaminhar, por meio da Mesa, requerimento escrito de informação ao Governador e aos Secretários de Estado é competência exclusiva da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
 - (D) Manifestar-se quanto ao mérito da proposição no caso de licença a Governador para interromper o exercício das suas funções é competência da Comissão da Administração Pública.
 - (E) À Comissão de Constituição, Justiça e Redação compete manifestar-se quanto ao mérito das proposições nos casos de declaração de utilidade pública de associações civis.
- 29.** Considere que Débora é deputada do Estado de São Paulo e deseja obter licença para desempenhar missão diplomática. Com base na situação hipotética e na Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, é correto afirmar que a licença
- (A) deverá ser concedida pelo Presidente da Assembleia.
 - (B) só será deferida se o pedido feito por Débora for instruído com a resolução que regulamenta a missão diplomática.
 - (C) terá duração mínima de 60 dias e máxima de 01 ano.
 - (D) será submetida ao Plenário.
 - (E) deverá ter duração máxima de 120 dias.

- 30.** Considere que João é deputado do Estado de São Paulo e se licenciou para tratar de assuntos particulares. Nesse caso hipotético, de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, é correto afirmar que João
- (A) somente não terá direito à ajuda de custo.
 - (B) não terá direito à remuneração.
 - (C) terá direito à 50% (cinquenta por cento) da remuneração.
 - (D) apenas não terá direitos às verbas indenizatórias.
 - (E) terá direito à 80% (oitenta por cento) da remuneração.
- 31.** A respeito Das Sessões, assinale a alternativa que está de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970.
- (A) O Presidente da Assembleia possui competência exclusiva para convocar sessão extraordinária.
 - (B) Durante a sessão Parlamentares e seus respectivos assessores podem permanecer no Plenário.
 - (C) A duração das sessões extraordinárias será de 3 horas e 30 minutos, improrrogáveis.
 - (D) Não poderão ser convocadas mais de 2 sessões extraordinárias entre 2 ordinárias.
 - (E) A Assembleia realizará, nos dias úteis, uma sessão ordinária, a partir das 13 horas e com término às 19 horas.
- 32.** De acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, aprovada a redação final o Presidente terá para promulgar a Resolução o prazo de
- (A) 05 dias.
 - (B) 10 dias.
 - (C) 48 horas.
 - (D) 15 dias.
 - (E) 24 horas.
- 33.** Joana, deputada do Estado de São Paulo, então oradora, está no Plenário suscitando questão de ordem. Lúcio, também deputado, a interrompeu para realizar uma indagação. Nesse caso hipotético, considerando o disposto na Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, é correto afirmar que
- (A) o aparte de Lúcio não poderá ultrapassar 02 minutos.
 - (B) o Presidente deverá solicitar que Joana interrompa o seu discurso, para deixar Lúcio fazer sua indagação.
 - (C) o aparte de Lúcio não poderá ultrapassar 05 minutos.
 - (D) Lúcio apenas poderá fazer o aparte se o Presidente permitir previamente.
 - (E) não será admitido aparte.
- 34.** A respeito do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, assinale a alternativa que está de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970.
- (A) Conceder-se-á vista dos projetos e admitir-se-á a designação de Relator Especial.
 - (B) O projeto de lei dispendo sobre o plano plurianual será remetido à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento para, no prazo de 15 dias, emitir parecer.
 - (C) Salvo determinação constitucional, os projetos figurarão na Ordem do Dia como três itens diferentes.
 - (D) Na sessão imediata à publicação, passará o projeto a figurar em Pauta por 15 sessões, para conhecimento das Deputadas e Deputados e recebimento de emendas.
 - (E) Aprovados com emenda, os projetos serão enviados à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento para, dentro de 5 dias, redigir o vencedor.
- 35.** Durante os debates do texto de um projeto de lei, o deputado Júnior deseja usar a palavra para reclamar quanto à inobservância de expressa disposição regimental. Nesse caso hipotético, é correto afirmar que
- (A) a reclamação deverá ser apresentada em termos precisos e sintéticos, e a sua formulação não poderá exceder a 2 minutos.
 - (B) até 24 horas após o encerramento da sessão, Júnior poderá formalizar na Ouvidoria sua reclamação.
 - (C) o 1º Secretário deverá analisar a reclamação de Júnior e respondê-la em até 30 (trinta) dias.
 - (D) Júnior terá até 10 minutos na tribuna para expor sua reclamação, desde que o Presidente permita.
 - (E) Júnior deverá formalizar sua reclamação mediante documento escrito, até 48 (quarenta e oito) horas após a sessão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. O ato administrativo normativo que regula direitos e deveres do administrado, se praticado por autoridade incompetente
- (A) deve ser revogado.
 - (B) é vinculante.
 - (C) é inválido.
 - (D) deve ser convalidado.
 - (E) deve ser revalidado.
37. De acordo com a Constituição Federal, os servidores da administração pública direta
- (A) fazem jus à incorporação à remuneração de cargo efetivo de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão, a fim de preservar a irredutibilidade dos vencimentos.
 - (B) serão remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcelas que diferenciem o piso salarial dos acréscimos decorrentes de gratificação, adicional, abono, prêmio ou verba de representação prevista em lei.
 - (C) abrangidos por regime próprio de previdência social serão aposentados por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiverem investidos, quando insuscetíveis de readaptação.
 - (D) ocupantes de cargo público fazem jus ao fundo de garantia por tempo de serviço, bem como à remuneração do trabalho noturno ou extraordinário em montante superior a do diurno e extraordinário.
 - (E) titulares de cargo comissionado que tenham completado as exigências para a aposentadoria compulsória e que permaneçam em serviço farão jus a um abono equivalente ao valor de contribuição previdenciária.
38. Os serviços públicos sociais previstos na Constituição Federal, de saúde, educação, cultura, desporto e lazer, ciência e tecnologia e meio ambiente podem ser prestados
- (A) diretamente pelo poder público ou indiretamente mediante autorização do poder público.
 - (B) exclusivamente pelo poder público, vedada a delegação à iniciativa privada.
 - (C) preferencialmente pela iniciativa privada, mediante prévio credenciamento junto ao poder público.
 - (D) por particulares, independentemente de delegação pelo poder público.
 - (E) privativamente pelo poder público, permitida a delegação ao particular mediante permissão de serviço público.
39. No procedimento de licitação previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, o modo de disputa
- (A) fechado permite que os licitantes apresentem suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos.
 - (B) aberto não admite a oferta de lances intermediários.
 - (C) fechado é obrigatório quando adotado o critério de julgamento de menor preço.
 - (D) aberto é vedado quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.
 - (E) aberto e fechado é vedado quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.
40. Para os fins da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), é considerado agente público e, portanto, pode responder pessoalmente pela prática de atos de improbidade administrativa:
- (A) advogado contratado por concessionária de serviço público para defesa em ações movidas por usuários do serviço.
 - (B) Guarda Civil Municipal.
 - (C) colaborador de associação sem fins econômicos que não celebra parceria com a Administração Pública.
 - (D) prestador de serviço de empresa contratada pela Administração Pública para entrega imediata de material de escritório.
 - (E) herdeiro de fundação instituída pelo poder público.
41. De acordo com a Lei Estadual nº 10.177/1998, sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, é correto afirmar que
- (A) mediante requerimento fundamentado da autoridade recorrida, o recurso poderá ser recebido no efeito suspensivo, nas hipóteses em que for relevante o fundamento.
 - (B) a decisão em grau de recurso poderá, motivadamente e no mesmo procedimento, agravar a restrição produzida pelo ato ao interesse do recorrente.
 - (C) ultrapassado o prazo legalmente previsto, sem decisão, o interessado poderá considerar rejeitado o requerimento por ele formulado na esfera administrativa, salvo previsão legal ou regulamentar em contrário.
 - (D) é obrigatória a realização de audiência pública para debates sobre matéria de interesse público, antes da tomada de decisão pela autoridade competente.
 - (E) a decisão final tomada em procedimento administrativo formalmente regular não se sujeita a modificação, anulação ou revisão pela Administração ou pelo Poder Judiciário.

42. Considere que o Estado X editou a Lei nº 1.234/2020 estabelecendo que antes do consumidor ter seu nome inscrito nos cadastros de proteção de crédito, ele terá 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da notificação, para quitar a dívida. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a Lei nº 1.234/2020 é
- (A) constitucional, pois versa sobre consumo.
 - (B) inconstitucional, pois trata de matéria que é da competência privativa dos municípios.
 - (C) constitucional, na medida em que concretiza o princípio da vedação do retrocesso social.
 - (D) constitucional, pois a matéria é de competência concorrente da União e dos Estados.
 - (E) inconstitucional, pois trata de direito civil e comercial, matéria sujeita à competência legislativa privativa da União.
43. A respeito do processo legislativo, assinale a alternativa correta.
- (A) As emendas ao projeto de lei poderão ser supressivas, aglutinativas, substitutivas, modificativas ou aditivas.
 - (B) É da competência privativa do Chefe do Poder Executivo iniciar o processo legislativo sobre matéria tributária.
 - (C) As regras de iniciativa reservada previstas na Constituição Federal se aplicam às normas originárias das constituições estaduais.
 - (D) Uma vez aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de iniciativa popular, o Presidente da República não poderá vetá-lo.
 - (E) Admite-se a iniciativa popular de emendas à Constituição, decretos legislativos, resoluções e leis ordinárias.
44. A respeito do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.
- (A) É composto por um juiz estadual, indicado pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) É composto por dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Congresso Nacional.
 - (C) Compete-lhe elaborar anualmente relatório estatístico sobre processos, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.
 - (D) Junto ao Conselho oficialão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (E) Será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
45. A respeito do Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa correta.
- (A) É inadmissível a participação de *amicus curiae* nas ações declaratórias de constitucionalidade.
 - (B) As respostas emitidas pelo TSE às consultas que lhe forem endereçadas podem ser objeto de ADI.
 - (C) A eficácia da decisão que reconhece a inconstitucionalidade de lei no controle abstrato de constitucionalidade se dá a partir do trânsito em julgado.
 - (D) Divergência entre a ementa da lei e seu conteúdo não caracteriza situação apta a ensejar o controle de constitucionalidade.
 - (E) Somente os partidos políticos, as confederações sindicais, as entidades de classe e os governadores é que precisarão de advogado para a propositura da ADI.
46. De acordo com a Constituição Federal, dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual cabe
- (A) à lei ordinária.
 - (B) ao Código Tributário Nacional.
 - (C) ao decreto legislativo.
 - (D) à resolução.
 - (E) à lei complementar.
47. Considere que Joana tem 62 (sessenta e dois) anos e é servidora pública do Estado de São Paulo há quarenta anos. Faz quatro meses que ela apresentou na repartição competente pedido de aposentadoria voluntária, instruído com prova de ter cumprido os requisitos necessários à obtenção do direito. Com base na Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) Joana poderá cessar o exercício da função pública, independentemente de qualquer formalidade, pois já se passaram noventa dias da apresentação do pedido de aposentadoria voluntária.
 - (B) como a repartição pública tem até 180 (cento e oitenta) dias para analisar o pedido de aposentadoria voluntária, Joana deverá continuar trabalhando até tal prazo ter decorrido, sob pena de receber punições administrativas.
 - (C) como já se passaram mais de 45 (quarenta e cinco) dias da entrada do requerimento da aposentadoria voluntária, Joana deverá enviar uma carta com aviso de recebimento para a repartição, informando que em até 30 (trinta) dias cessará o exercício da função pública.
 - (D) Joana deverá comunicar formalmente ao setor responsável que já se passaram mais de 30 (trinta) dias da apresentação do seu requerimento de aposentadoria voluntária e, se mantida a inércia por mais 15 (quinze) dias, poderá cessar o exercício da função pública.
 - (E) a repartição pública tem até 120 (cento e vinte) dias para analisar o pedido de aposentadoria voluntária formulado por Joana.

48. A quase totalidade de países com grande extensão territorial, tais como o Brasil, a Rússia, a Índia e o Canadá, adota um tipo de Estado no qual se institui níveis de governo subnacionais. Há exceções como a China que, apesar de possuir uma considerável extensão territorial, adota a seguinte forma de Estado:

- (A) federativo.
- (B) autóctone.
- (C) unitário.
- (D) independente.
- (E) comunista híbrido com o mercado.

49. A evolução da Administração Pública no Brasil possui um marco relevante na década de 1990, inspirado em alguns princípios do modelo gerencial. Nesse contexto, assinale a alternativa que indica mudanças ocorridas na Administração Pública desde então.

- (A) Valorização dos *experts* na gestão pública, redução da participação social nos governos subnacionais e aumento na relevância das políticas públicas focalizadas e elitistas.
- (B) Valorização da participação social, orientação para resultados, publicização com transferência da implementação para OSs e fortalecimento da transparência pública.
- (C) Falta de clareza entre o público e o privado; estímulo ao investimento privado e da sociedade civil, fortalecimento do poder central e aumento da eficiência burocrática.
- (D) Novas formas organizacionais na gestão pública, centralização das políticas públicas, utilização de mecanismos de controle privado e concentração de poder nas elites políticas.
- (E) Redução da corrupção no Estado brasileiro, *accountability*, atração de novos atores para a arena das políticas públicas e aumento do controle social e concentração do poder central.

50. Observe a charge a seguir.



(<https://vasosdopurus.files.wordpress.com/2011/08/gurgulho.jpg>)

O bom uso do recurso público, o controle, a fiscalização, a responsabilização e a prestação de contas são processos que ilustram algo contrário à charge. Qual é o conceito que sintetiza os processos adotados no contexto das políticas públicas e que poderia evitar a situação exposta pela charge?

- (A) Descentralização e desconcentração.
- (B) *Accountability*.
- (C) Gestão por competência.
- (D) Matriz BCG.
- (E) Administração por objetivo.

51. Os processos participativos na gestão pública brasileira, por meio de conselhos de gestão, orçamento participativo e parceria entre governo e sociedade, são alternativas que tendem a ampliar a legitimidade, podem possibilitar uma gestão mais próxima da realidade local e elevam as possibilidades de controle e transparência. Contudo, há limites e críticas, tais como

- (A) assimetria da informação presente nos diversos fóruns, abundância de recursos materiais e tecnológicos e prática democrática e participativa de longa data em âmbito local.
- (B) falta de recursos humanos, técnicos e financeiros, práticas sofisticadas de escuta aos diferentes atores e ampla diversidade de recursos tecnológicos, cultural local e riqueza demográfica.
- (C) ausência de regras, normas e procedimentos para os conselhos, incipiente processo de acompanhamento das deliberações e controle social elevado, que tende a dificultar avanços políticos e sociais.
- (D) desconfiança quanto à legitimidade dos participantes e, em geral, fóruns participativos sem equacionar as desigualdades deliberativas inerentes aos diferentes atores locais.
- (E) em sua maioria, atores sociais insensíveis às demandas locais, ambiente democrático avançado e gestão pública patrimonialista em vigor na administração pública local.

52. As fases das políticas públicas incluem o planejamento, a formulação, a implementação e, finalmente, a avaliação. É correto afirmar que o interesse crescente pela avaliação de políticas públicas ocorre em função

- (A) da diminuição da pressão por novas pautas sociais, econômicas e ambientais, que implicaram na redução da máquina do Estado e de sua complexidade.
- (B) da análise custo-efetividade, do custo-benefício das políticas públicas e da redução ao longo dos anos das pautas sociais, econômicas e ambientais.
- (C) da introdução de práticas de gestão do mercado e um descompasso com os resultados econômicos e sociais da administração pública.
- (D) do acesso às novas tecnologias, piora nas políticas públicas e porque seus formuladores incluíram metas, objetivos e resultados.
- (E) da crise fiscal, da escassez dos recursos públicos e do processo de inovação e experimentação em programas governamentais.

53. A pandemia da covid-19 obrigou as organizações públicas e privadas a se adaptarem e a buscarem soluções num contexto de incerteza, insegurança e imprevisibilidade. A técnica de análise de ambiente externo indicada para lidar com contextos congêneres ao da pandemia da covid-19 é:

- (A) *balanced scorecard* – BSC.
- (B) análise de cenários.
- (C) matriz BCG.
- (D) planejamento PDCA.
- (E) análise SWOT.

54. De acordo com a Lei Federal Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o prazo limite para que todos os Poderes e o Ministério Público publiquem seu Relatório Resumido da Execução Orçamentária que ocorre a cada bimestre é de

- (A) 30 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 7 dias.
- (E) 60 dias.

55. Considere os seguintes fatos contábeis:

- Recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 1.800,00.
- Empenho da despesa corrente no valor de R\$ 1.100,00.
- Liquidação da despesa corrente no valor de R\$ 800,00.

Pode-se afirmar que na situação descrita, o superávit financeiro será de

- (A) R\$ 700,00.
- (B) R\$ 300,00.
- (C) R\$ 400,00.
- (D) R\$ 1.000,00.
- (E) R\$ 1.800,00.

56. A execução da despesa orçamentária começa com o ato do empenho e deve provocar a

- (A) verificação do direito adquirido.
- (B) inscrição em restos a pagar.
- (C) redução da disponibilidade orçamentária.
- (D) redução do orçamento vigente.
- (E) suplementação orçamentária.

57. Caso ocorra uma inscrição em restos a pagar que fique inferior ao valor real a ser pago, a diferença deve ser

- (A) empenhada e liquidada em despesas de exercícios anteriores.
- (B) liquidada no elemento de despesa próprio.
- (C) empenhada e liquidada em serviços de terceiros.
- (D) empenhada e liquidada em dívida ativa.
- (E) liquidada no mesmo ano da inscrição em custeio.

58. São considerados vários tipos de receitas orçamentárias para fins de apuração da receita corrente líquida (RCL) de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), exceto

- (A) as receitas patrimoniais.
- (B) a receita obtida com a venda de produtos industriais.
- (C) a receita corrente própria das autarquias e fundações.
- (D) a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência.
- (E) os valores pagos e recebidos da receita agropecuária.

- 59.** Há um estágio da receita orçamentária em que são levados em conta, a variação do índice de preços, o crescimento da atividade econômica e as alterações na legislação tributária, a saber:
- (A) o recolhimento.
 - (B) a tributação.
 - (C) o lançamento.
 - (D) a arrecadação.
 - (E) a previsão.
- 60.** Para municípios com menos de cinquenta mil habitantes, o prazo para a divulgação do Relatório de Gestão Fiscal é
- (A) anual.
 - (B) bimestral.
 - (C) semestral.
 - (D) trimestral.
 - (E) mensal.

REDAÇÃO

TEXTO 1

A Inteligência Artificial (IA) é uma tecnologia que busca reproduzir a inteligência humana em computadores. Por meio da análise de milhões de dados, as máquinas são capazes de perceber variáveis, tomar decisões e resolver problemas. São softwares e robôs que operam em uma lógica semelhante ao raciocínio humano. Essa ideia ainda pode parecer um tanto futurista, mas já está bem presente e provocando verdadeiras transformações nas mais diversas áreas.

“Quando você escolhe um filme em uma plataforma de streaming, é a Inteligência Artificial que está sugerindo os títulos dos quais provavelmente você vai gostar. O aplicativo de trânsito também usa essa tecnologia para definir a melhor trajetória a seguir naquele momento. As notícias e as mensagens apresentadas na linha do tempo das redes sociais também são definidas por meio da IA. O agronegócio a utiliza para avaliar a qualidade do solo e definir qual cultura plantar em determinada época do ano. No comércio online, ela oferece opções de compra”, enumera o professor André Carlos Ferreira Carvalho, do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP). “É uma tecnologia essencial, tão importante como a eletricidade. A indústria está usando a Inteligência Artificial para tudo porque ela pode melhorar a maneira como acesamos, recebemos e transmitimos informações”, afirma Rico Malvar, um dos cientistas-chefe da Microsoft Research.

O amplo armazenamento e a análise de dados proporcionados pela Inteligência Artificial têm feito a diferença também na área da saúde, com ganhos que vão do diagnóstico ao tratamento. Ainda que a IA não possa substituir a sensibilidade de um ser humano, ela é capaz de perceber detalhes que médico algum poderia ver. Em breve, será possível usar máquinas para analisar milhares de exames e detectar automaticamente padrões que podem mostrar problemas que o olho humano não enxergaria: “A IA pode analisar 50 mil tomografias, por exemplo, e perceber que, toda vez que o paciente apresenta um pontinho em tal lugar, há relação com um câncer. São padrões de semelhança que darão muitos ganhos em diagnóstico”, explica o gestor médico do Grupo Fleury.

(Como a Inteligência Artificial já está presente na sua vida. www.g1.globo.com, 05.07.2019. Adaptado)

TEXTO 2

Com o crescimento da importância e da visibilidade da Inteligência Artificial (IA), estão aumentando também as preocupações com as consequências negativas da utilização dessa tecnologia. Diante dos riscos e dos efeitos prejudiciais, governos, pesquisadores, associações civis e até mesmo empresas vêm discutindo os cuidados e as medidas necessárias para mitigar possíveis danos.

O arco de riscos e perigos é diverso. Para além das questões envolvendo o futuro do trabalho, como máquinas substituírem os trabalhadores em seus empregos, o uso dessa tecnologia pode provocar complicações que vão das ameaças à privacidade dos indivíduos até o fortalecimento da discriminação e do preconceito contra determinados grupos de pessoas e abusos no emprego de armas inteligentes.

Primeiramente, a Inteligência Artificial envolve um processamento complexo que demanda uma grande quantidade de dados para sua eficácia. Por isso, o funcionamento adequado desses sistemas pressiona por uma coleta crescente de informações e tais processos computacionais amplificam a já forte preocupação com a proteção de dados pessoais. Recentemente, por exemplo, foi tornado público que uma das maiores empresas mundiais que utiliza IA trabalhava em um projeto pelo qual coletava dados de milhões de pacientes dos Estados Unidos por meio de acordos com outras empresas sem que essas pessoas soubessem.

Com relação à possibilidade de discriminações e preconceitos serem intensificados, um exemplo foi identificado em 2018, quando dois pesquisadores do renomado Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e da Universidade de Stanford, Joy Buolamwini e Timnit Gebru, testaram sistemas de IA para monitoramento de segurança por câmeras e constataram que as margens de erro do reconhecimento facial eram bastante diferentes de acordo com a cor da pele da pessoa: ocorreram falhas nos sistemas em 0,8% dos casos que envolviam homens brancos e em 20% a 34% quando se tratava de mulheres negras.

Por fim, um outro objeto de atenção com relação às tecnologias que usam Inteligência Artificial tem sido o desenvolvimento de armas inteligentes, como drones e tanques autônomos, descritas como a terceira revolução das guerras, comparável ao advento da pólvora e das armas nucleares. Entre 2000 e 2017, o número de armas com IA subiu de 2 para mais de 50 em todo o mundo. Os países que mais desenvolvem essas máquinas são Estados Unidos, Israel, Rússia, França e China. Tais aparelhos elevam os riscos de decisões autônomas perigosas, uma vez que envolvem processos éticos sobre a vida e a morte de indivíduos.

(Jonas Valente. Riscos da Inteligência Artificial levantam alerta e suscitam respostas. www.agenciabrasil.ebc.com.br, 01.09.2020. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

OS BENEFÍCIOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SUPERAM OS DANOS QUE ESSA TECNOLOGIA PODE CAUSAR AO DESENVOLVIMENTO DA HUMANIDADE?

